



ABBI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE BIOINOVAÇÃO

NEWSLETTER ABBI

BALANÇO 2024

Informe da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) com as principais ações realizadas pela entidade no Brasil e no mundo, tendo em vista o incentivo e a promoção da bioeconomia avançada e do desenvolvimento econômico sustentável.

ABBI e a estratégia brasileira para a Bioeconomia
2

Sanção do Mercado Regulado de Carbono traz expectativa por investimentos
4

Marco Legal dos Bioinsumos alavanca o setor
6

Atuação da ABBI no G20 teve foco em bioprodutos e transição energética
7

Bioinovação e Biocombustíveis
10

ABBI colabora com insumos para planejamento de longo prazo para o Brasil
11

Transição energética ganha impulso com a sanção do Paten
12

Tratado traz avanços sobre recursos genéticos e conhecimento tradicional
13

ABBI auxilia posição brasileira em prol da bioinovação durante COPs
14

Marco da Biodiversidade e Mecanismo Multilateral Global
15

ABBI e a estratégia brasileira para a Bioeconomia



Thiago Falda e Tiago Giuliani, da ABBI, durante reunião inaugural da Comissão Nacional de Bioeconomia

Entidade compõe comissão que elaborará o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia no Brasil, previsto para ser concluído até o primeiro semestre de 2025

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) terá, nos primeiros meses de 2025, o desafio imediato de contribuir decisivamente com a formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio). **A entidade é a única associação setorial a compor a Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), colegiado criado pelo governo federal com intuito de comandar a Estratégia Nacional de Bioeconomia, incluindo a elaboração e execução do Plano.**

A CNBio teve sua primeira reunião preparatória ainda em dezembro de 2024, quando foi traçado um cronograma inicial das suas atividades. Após a constituição da Comissão, prevista para fevereiro de 2025, o grupo terá 60 dias para entregar uma proposta para o PNDBio. A Presidência da Comissão será exercida, alternadamente, pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fazenda e Meio Ambiente (MMA). Com caráter consultivo e deliberativo, a comissão tem a missão de

fortalecer a bioeconomia no Brasil, promovendo inovação e sustentabilidade.

Já no encontro inaugural da Comissão, a ABBI ressaltou o momento histórico para a bioeconomia brasileira e ressaltou que a implementação de um Plano Nacional, que proporcione um ambiente regulatório favorável, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, e mão de obra qualificada, é crucial para o país reduzir as emissões de gases de efeito estufa e cumprir os compromissos climáticos, mas também impulsionar a inovação, gerar empregos e promover o crescimento econômico sustentável.

“A Comissão Nacional de Bioeconomia tem a oportunidade de atualizar as políticas públicas do país voltadas para a bioeconomia, colocando o país em igualdade com as principais potências do mundo, que já possuem estratégias definidas para a área, possibilitando ao Brasil ocupar um papel de liderança nessa revolução tecnológica”, explica Thiago Falda, presidente executivo da ABBI.

Em artigo publicado no portal Poder 360, Falda antecipou as diretrizes da ABBI para atuação na CNBio. A entidade vai trabalhar para que o Brasil aprove um plano com prioridades e políticas adaptadas à realidade nacional. Para isso, o **Plano Nacional tem de diversificar os setores contemplados; aperfeiçoar o arcabouço regulatório; criar um banco de dados robusto para a bioeconomia; estabelecer metas objetivas para redução nas emissões de gases de efeito estufa; gerar condições para o desenvolvimento e aproveitamento de biomassa para a produção de produtos de maior valor agregado; focar na segurança alimentar; e, principalmente, instituir um programa consistente de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento.**

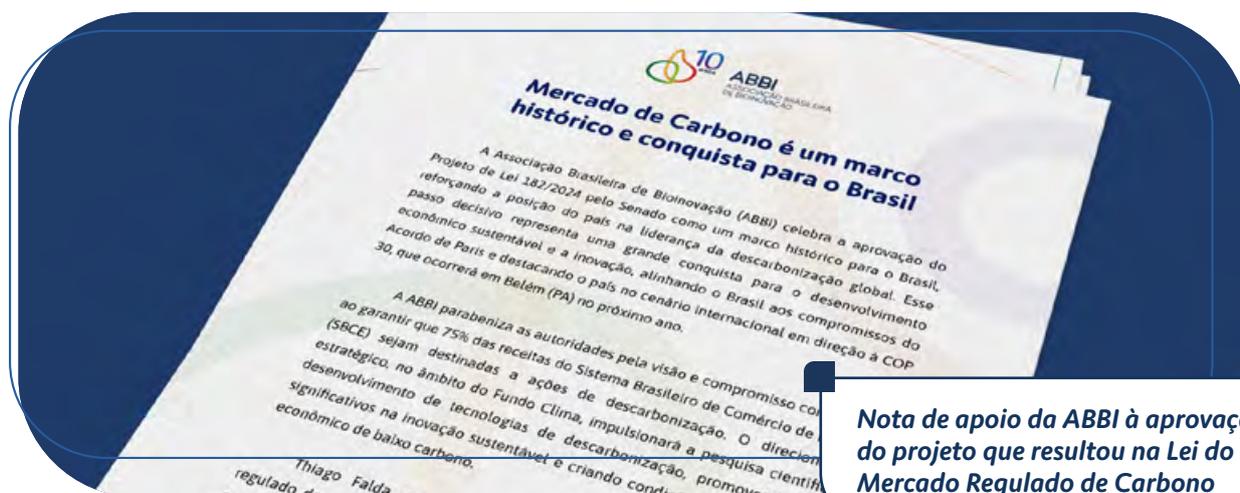
Confira o artigo “Um Plano para a Bioeconomia”:

<https://www.poder360.com.br/opiniao/um-plano-para-a-bioeconomia/>



Sanção do Mercado Regulado de Carbono traz expectativa por investimentos

Lei prevê a destinação de 75% das receitas do sistema para adoção de tecnologias e ações de pesquisa e inovação em descarbonização, entre outras medidas



Nota de apoio da ABBI à aprovação do projeto que resultou na Lei do Mercado Regulado de Carbono

Depois de anos de tramitação e debates no Congresso Nacional, o Mercado Regulado de Carbono foi sancionado pela Presidência da República em 12 de dezembro de 2024. A Lei 15.042 estipula as metas de redução das emissões e a possibilidade de comercializar os ativos desse novo mercado. Para a bioinovação, a legislação inclui dispositivos para alavancar o setor de pesquisa e desenvolvimento ligado à descarbonização - demanda apresentada pela ABBI à proposta original, ainda durante a tramitação do projeto de lei no parlamento.

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) traz a oportunidade para as empresas investirem em bioinovação em seus processos produtivos, para a substituição de matérias-primas por renováveis e o fortalecimento das cadeias produtivas. Outra importante medida presente no texto é o fomento à inovação tecnológica para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono direcionadas aos setores regula-

dos, por meio dos recursos arrecadados no próprio sistema.

A ABBI foi uma das associações mais atuantes na construção e aprova-

“Esse passo decisivo representa uma grande conquista para o desenvolvimento econômico sustentável e a inovação, alinhando o Brasil aos compromissos do Acordo de Paris e destacando o país no cenário internacional em direção à COP 30, que ocorrerá em Belém (PA) este ano”

INDICOU A ASSOCIAÇÃO EM NOTA OFICIAL

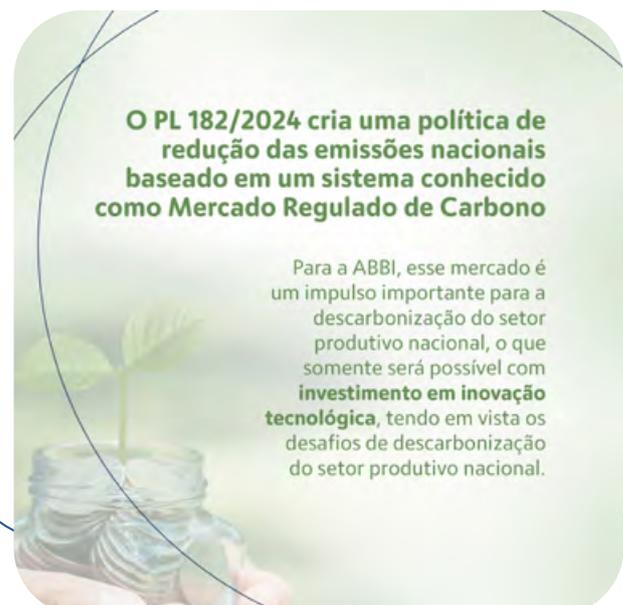
ção do Mercado Regulado de Carbono, tendo a maioria dos pleitos do setor e das associadas incorporada ao texto final, incluindo:

1. **Não transformar o Mercado de Carbono em uma política arrecadatória reduzindo os tributos incidentes e destinando 75% dos recursos do SBCE para inovação tecnológica e implementação de tecnologias descarbonizantes.**
2. **Proibição de dupla regulação e tributação - Evitar que o mesmo setor seja regulado duas vezes pela mesma matéria, nas diferentes esferas de poder.**
3. **Segurança jurídica na Titularidade dos créditos ou dos Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVEs).**
4. **Fomento à pesquisa e inovação para tecnologias de baixa emissão de carbono.**
5. **Comercialização dos ativos do SBCE em mercado organizados.**
6. **Participação da sociedade civil no processo decisório.**

O tema esteve em discussão na ABBI ao longo dos últimos cinco anos, o que permitiu à associação apresentar propostas consistentes desde o início das discussões no Congresso Nacional. No último ano, a ABBI fez um trabalho intenso de advocacy, se manifestando diversas vezes em defesa e aprimoramento do Projeto de Lei.



ABBI apoia aprovação do PL que regula o Mercado de Carbono no Brasil, com incentivo à inovação



O PL 182/2024 cria uma política de redução das emissões nacionais baseado em um sistema conhecido como Mercado Regulado de Carbono

Para a ABBI, esse mercado é um impulso importante para a descarbonização do setor produtivo nacional, o que somente será possível com **investimento em inovação tecnológica**, tendo em vista os desafios de descarbonização do setor produtivo nacional.

Marco Legal dos Bioinsumos alavanca o setor

Texto sancionado estimula o desenvolvimento e a adoção de produtos biológicos. ABBI trabalhou na construção e aprovação da proposta no Congresso Nacional ao longo de 2024



Nota conjunta em apoio ao Marco Legal dos Bioinsumos

Principal proposta com o condão de alavancar a pesquisa, desenvolvimento e comercialização de bioinsumos no país, a lei foi sancionada pela Presidência da República, no final de dez de 2024. A formulação da lei teve participação direta da ABBI. A entidade defendeu junto aos parlamentares a importância de se aperfeiçoar o arcabouço legislativo sobre os bioprodutos e chegou a assinar nota conjunta em apoio à aprovação da proposta, entre outras ações.

O trabalho articulado com outras entidades incluiu a sensibilização de parlamentares para a importância de se aperfeiçoar e aprovar a proposta, em um esforço conjunto com as Frentes Parlamentares Mista para Inovação na Bioeconomia (FPBioeconomia) e da Agropecuária (FPA), entre outras. O esforço fez com que o projeto fosse aprovado em dezembro pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Os bioinsumos são qualquer produto, processo ou tecnologia de origem biológica — animal, vegetal ou microbiana — para uso na produção, no armazenamento ou no bene-

ficiamento em sistemas agrícolas, pecuários, florestais e aquáticos. Essa utilização inclui fertilizantes, defensivos para controle de pragas, entre outros.

“O Marco Legal trará mais estímulo ao desenvolvimento e adoção desses produtos e permitirá ao país reduzir a atual dependência internacional por matérias primas importadas e de origem fóssil, diversificando as práticas agrícolas e contribuindo para a redução das emissões de CO₂”, explica Thiago Falda.

Confira a nota conjunta em apoio ao Marco Regulatório dos Bioinsumos:

<https://abbi.org.br/noticias/entidades-propoem-texto-para-o-marco-regulatorio-dos-bioinsumos/>



Atuação da ABBI no G20 teve foco em bioprodutos e transição energética

Atuação da entidade inclui colaboração com os “10 princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia” e com o GT para descarbonização de matrizes energéticas



Seminário organizado pela ABBI com autoridades e especialistas; Thiago Falda fala no GT de Transição Energética do G20

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou dos debates envolvendo bioinovação no âmbito do G20, ao longo de 2024, em duas arenas: a Iniciativa em Bioeconomia e o Grupo de Trabalho sobre Transição Energética. A entidade esteve presente nas reuniões preparatórias que resultaram no documento “10 princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia”, bateu ponto nos quatro dias de reuniões do GT em Foz do Iguaçu (PR), e promoveu encontro entre os principais protagonistas da bioeconomia em Brasília, com transmissão ao vivo pelo YouTube.

Nas reuniões da Iniciativa, o presidente executivo, Thiago Falda, destacou as propostas da entidade para superar os principais desafios que hoje impedem o avanço da bioeconomia no país, um setor com potencial para evitar a emissão de 29 gigatoneladas de CO₂ na atmosfera até 2050. Essas propostas (veja quadro) englobam a abordagem de questões como barreiras não ta-

rifárias, expansão do mercado de produtos da bioeconomia, investimentos em P&D e capacitação da mão de obra para atender à crescente demanda do setor.

“A transição para uma economia de baixo carbono é uma oportunidade que deve ser abraçada com pragmatismo e ação coordenada, especialmente pelos líderes empresariais e governamentais reunidos aqui”

THIAGO FALDA
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABBI

Já no encontro de Foz do Iguaçu, a entidade fez uma apresentação durante o painel “G20 Special Session on Sustainable Fuels, Chemicals and Materials”. Durante a sessão, Falda defendeu a adoção de iniciativas concretas para impulsionar a produção sustentável de produtos químicos e materiais nos países do G20. O gerente de Descarbonização da ABBI, Tiago Giuliani, também participou das atividades, que ocorreram em outubro de 2024.

Falda destacou os resultados de estudos da ABBI, que indicam o potencial da bioinovação no Brasil para, até 2050, restaurar 117 milhões de hectares de pastagens degradadas, aumentar em 18 vezes a produção de biocombustíveis e dobrar a participação do Brasil na produção global de químicos. Isso poderia gerar uma receita anual de quase US\$ 600 bilhões, equivalente a mais de 30% do PIB brasileiro.

No fim de agosto, a ABBI já havia participado do evento “Diálogo G20 – Transições Energéticas”, realizado em Brasília. O evento, aberto pelo Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, abordou o fortalecimento da indústria verde como um caminho para o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda no Brasil.

No primeiro semestre, a entidade ainda promoveu um encontro com representantes do Legislativo, mercado e academia para debater os principais desafios da bioeconomia e o papel do G20 para alavancar os bioprodutos em todo o mundo. **O debate pode ser assistido no QR Code ao lado.**

<https://www.youtube.com/live/Q9L8eekh-q80?si=5m-jDjuO6sM-DxFpk>



“É fundamental que os países do G20 tenham um plano de ação efetivo para a produção e consumo no mundo, para que possamos expandir em três vezes o consumo de energia renovável, conforme projetado pela Agência Internacional de Energia para 2030”.

TIAGO GIULIANI

GERENTE DE SUSTENTABILIDADE,
DESCARBONIZAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS DA ABBI



Quatro propostas da ABBI para o G20:

1

COMBATE ÀS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS

- Padronização dos critérios de sustentabilidade negociados entre os países
- Eliminação das barreiras não tarifárias para produtos biológicos e renováveis, com comprovados benefícios ambientais e sociais
- Combate a disseminação de falsas informações, por meio de plataforma global de informações e geração de novos conhecimentos

2

AMPLIAÇÃO DO MERCADO

- Compras públicas preferenciais
- Direcionamento dos recursos para fomento
- Harmonização regulatória
- Taxonomia sustentável

3

AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

- Banco de dados da biodiversidade
- Ampliação dos recursos para tecnologias de baixo TRL
- Melhoria do ambiente de inovação tecnológica

4

CAPACITAÇÃO EM BIOECONOMIA

- Facilitação do intercâmbio de educadores e estudantes entre as nações do G20
- Desenvolvimento de currículo integrado e qualificação para educadores
- Promoção de atividades práticas e de incentivo à educação científica
- Parceria entre instituições educacionais e a indústria
- Incorporação do conteúdo em programas de graduação e pós-graduação

Bioinovação e Biocombustíveis

Lei do Combustível do Futuro impacta na transição energética

Texto construído com protagonismo da ABBI incentiva a produção e o uso de combustíveis sustentáveis e impulsiona matriz energética limpa



Taís Mendes, da ABBI, e parlamentares durante aprovação do Combustível do Futuro

Após participar ativamente da construção do projeto, a Associação Brasileira de Bioinovação esteve presente na cerimônia de sanção da Lei do **Combustível do Futuro** na Base Aérea de Brasília. Autoridades federais, representantes dos setores industrial e agrícola e do meio político reuniram-se durante a Liderança Verde Brasil Expo para celebrar a nova lei que incentiva a produção e o uso de combustíveis sustentáveis para uma mobilidade de baixo carbono.

O projeto de lei teve autoria do Executivo e contou com a colaboração da ABBI em sua construção e negociação no Congresso Nacional. Entre outros pontos, a lei estabelece programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano. Também aumenta a mistura de etanol à gasolina e de biodiesel ao diesel.

Na prática, o principal avanço da Lei Combustível do Futuro é econômico, já que as mudanças devem gerar mais de R\$ 260 bilhões de investimentos no agro e na cadeia dos biocombustíveis.

“É um longo caminho para tornar a matriz energética do Brasil ainda mais sustentável e com os biocombustíveis com papel ainda mais relevante”

THIAGO FALDA
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABBI

Hidrogênio de baixa emissão de carbono

A ABBI participou da construção do Projeto de Lei do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que gerou a Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024. A entidade sugeriu a inclusão de outras biomassas como parte do programa; a classificação do hidrogênio de baixa emissão pela sua redução de emissões e não rota tecnológica; e a participação da biomassa no Regime Especial de Incentivos para Produção de Hidrogênio de Baixa Emis-

são de Carbono (Rehidro), o que desonera impostos para produtores de hidrogênio.

Além dessas, medidas a Lei cria o Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio (SBCH2), que certificará voluntariamente o hidrogênio produzido no Brasil com base na intensidade de suas emissões. O governo brasileiro espera que a nova legislação atraia investimentos de cerca de R\$ 200 bilhões em projetos de hidrogênio verde no país.

ABBI colabora com insumos para planejamento de longo prazo para o Brasil

Estratégia deve ser apresentada na COP 30 e traça diretrizes para integrar planos setoriais e regionais



Reunião da ABBI com a Secretaria Nacional de Planejamento e Orçamento (Seplan) do Ministério do Planejamento, Virgínia de Angelis, e o Subsecretário André Luís Campos de Andrade, responsáveis pela Estratégia

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) teve papel ativo no início da construção da Estratégia Nacional de Longo Prazo, denominada Estratégia Brasil 2050, iniciativa do governo federal que traça diretrizes que buscam integrar e harmonizar planos setoriais e regionais, proporcionando uma maior previsibilidade na atuação governamental, melhora do ambiente de negócios e aumento da transparência.

A construção da Estratégia está em curso desde meados de 2024, sob o comando do Ministério do Planejamento, em

cooperação com o BNDES. O plano está previsto para ser finalizado em julho de 2025 e apresentado na COP 30, em novembro, em Belém (PA).

Por meio do fornecimento de insumos técnicos e articulação com tomadores de decisão, a ABBI influenciou a inclusão da bioeconomia como tema prioritário, garantindo que inovação e sustentabilidade estejam no centro das estratégias para o futuro do país. Esse avanço reforça a importância da bioeconomia como motor de crescimento econômico e descarbonização da economia brasileira.

Transição energética ganha impulso com a sanção do Paten



Thiago Falda (à direita), durante audiência pública sobre o Paten no Senado

A Presidência da República sancionou, nos primeiros dias de 2025, a Lei que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), para incentivar propostas de substituição de matrizes energéticas poluentes por fontes de energia renovável (PL 327/2021). A ABBI participou das discussões acerca da proposta no Congresso Nacional e integrou audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado sobre o tema, em setembro de 2024.

As empresas que ingressarem no programa poderão receber recursos de um novo fundo privado a ser criado, chamado Fundo de Garantias para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Verde), administrado pelo BNDES e negociar dívidas com a União por meio de transação condicionada ao investimento em desenvolvimento sustentável. São elegíveis para o Paten propostas de obras de infraestrutura, expansão ou implantação de parques de produção energética de matriz sustentável e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que proporcionem benefícios socioambientais ou mitiguem impactos ao meio ambiente.

Durante a audiência pública na CI, o presidente-executivo Thiago Falda fez um panorama inicial da bioeconomia no Brasil.

“Dos 17 países com maior biodiversidade do mundo, apenas dois estão entre os 10 mais inovadores. O Brasil é o 49º país mais inovador do mundo. Se nós queremos inovação em biocombustíveis, inovação em bioeconomia, precisamos viabilizar essa inovação. Um dos principais entraves para o desenvolvimento da bioinovação é a garantia para o desenvolvimento dessas tecnologias”, introduziu Falda.

O presidente-executivo também defendeu, durante a audiência, uma mudança de cunho fiscal tributário no texto, para que os créditos escriturais das empresas pudessem ser considerados para o Fundo Verde. A proposta não foi acatada, por pressão da Receita Federal, e o texto final permitiu apenas o aproveitamento de créditos homologados. “Quando a empresa faz o pedido de restituição de créditos escriturais, ele pode demorar até 5 anos para ser homologado pela Receita Federal. Isso pode representar um grande problema no sucesso do Paten.” A ABBI procurou a Receita Federal e está em curso uma análise técnica de possíveis regulamentações infralegis que possam permitir o uso dos créditos escriturais, o aumentará a efetividade do Paten para a transição energética do país.



Assista à fala de Thiago Falda em audiência pública realizada no Senado:

<https://www.youtube.com/live/3gsA8l-BUofk?si=8vK6W9vzcBGSIP1q&t=1327>



Tratado traz avanços sobre recursos genéticos e conhecimento tradicional

ABBI participa do debate público para assinatura de acordo que interliga propriedade intelectual e proteção de povos indígenas e comunidades

O Brasil assinou tratado histórico sobre propriedade intelectual de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, durante o primeiro semestre de 2024. O texto final recebeu contribuições da ABBI e foi aprovado após mais de duas décadas de negociações. O tratado é o primeiro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI - World Intellectual Property Organization – WIPO) a interligar propriedade intelectual com a proteção do patrimônio genético e dos saberes de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Com base nessa decisão internacional, os países poderão requerer que os depositantes de patentes que utilizam recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais associados divulguem a origem desses recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais, fortalecendo a conservação da biodiversidade e a inclusão das comunidades detentoras desses conhecimentos.

O resultado final alinhou o texto aos demais tratados vigentes, pressionando países não signatários do Protocolo de Nagoia, que regulamenta o acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização.



ABBI auxilia posição brasileira em prol da bioinovação durante COPs

Entidade envia representantes para as conferências da ONU da biodiversidade e das mudanças climáticas, e entrega sugestões ao governo brasileiro para desafios da expansão dos bioprodutos



Thiago Falda (à direita) durante painel realizado na COP 29, no Azerbaijão

A ABBI teve atuação direta nas Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 29), no Azerbaijão, e da Biodiversidade (COP 16), em Cali, realizadas no segundo semestre de 2024. A entidade apresentou sugestões para incentivar o desenvolvimento, pesquisa e comercialização de bioprodutos em âmbito global e buscou reforçar a posição brasileira acerca da necessidade de avanço nas negociações para assinatura de tratados internacionais ligados à biodiversidade.

Para a COP 29, a ABBI encaminhou ao Itamaraty sugestões para avanço da bioeconomia global. Entre os pontos está o estímulo ao consumo de bioprodutos, por meio da redução das barreiras não-tarifárias e mecanismos para geração de mercado, como, por exemplo, o estímulo a compras públicas preferenciais como estratégia de mitigação.

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), Thiago Falda, ainda participou do painel "What Role for Trade?", promovido pela Trade Investment House, durante a COP 29, no Azerbaijão. O painel reuniu importantes lideranças glo-

bais, como o embaixador de clima da Nova Zelândia, Stuart Horne; a diretora global de Comércio da IFF – associada à ABBI, Mayra Souza e a oficial de Recursos Naturais da FAO, Liva Kaugure.

Os debates giraram em torno de governança internacional, padrões regulatórios e estratégias para fortalecer a confiança nas bioinovações, ressaltando o papel estratégico do comércio no avanço de soluções sustentáveis. A ABBI destacou, tanto no documento, quanto no fórum de discussão, que os biomateriais trazem reduções significativas nas emissões de carbono.

CONFIRA AS SUGESTÕES DE AGENDA ENTREGUES PELA ABBI NA COP 29:

<https://abbi.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Posicionamento-ABBI-COP29.pdf>



Marco da Biodiversidade e Mecanismo Multilateral Global

A ABBI participou da COP 16 e publicou posicionamentos para os três principais temas em discussão: o Marco Global de Biodiversidade Pós-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Mecanismo Multilateral Global (MMG) para a repartição dos benefícios e o Protocolo de Nagóia. A delegação da entidade na Conferência contou com 10 representantes, incluindo colaboradores e empresas associadas. A entidade também atuará na segunda parte da conferência, em fevereiro, em Roma, na Itália.

A Conferência teve como resultados positivos, avanços sobre o uso de Sequências Genéticas Digitais (DSI), Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), biologia sintética e o fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros. Em relação ao Marco Global da Biodiversidade, as principais discussões não avançaram e terão de ser retomadas em Roma, especialmente sobre o monitoramento das metas e no tocante ao financiamento para conservação da biodiversidade.

Em relação ao MMG, a entidade ressaltou a necessidade de que premissas fossem consideradas no acordo sobre o mecanismo - que não foi equacionado na COP 16 e seguirá alvo de estudos e negociações em futuras conferências. Tais pontos devem ser observados com o intuito de evitar que o dispositivo se torne ineficaz, inviável e oneroso - elementar evitar a criação de barreiras para a pesquisa e

inovação relacionadas ao uso de Sequências Genéticas Digitais (DSI).

Caso as tratativas se concretizem em um mecanismo multilateral, essas premissas incluem a complexidade de se determinar a rastreabilidade da origem da sequência digital pelo usuário de DSI; o reconhecimento do conhecimento tradicional eventualmente associado aos recursos genéticos, cuja utilização deverá ser recompensada por meio de alocação direta de recursos do fundo internacional para os países destinatários.

A Conferência trouxe avanços estratégicos e relevantes envolvendo a repartição de benefícios para exploração comercial de informações de sequências genéticas digitais (DSI). O encontro também registrou avanços sobre melhores práticas em biossegurança, biologia sintética.

“Tão importante quanto reconhecer a relevância da bioeconomia, biotecnologia e bioinovação, é incluir indicadores objetivos e realistas que avaliem se as medidas de estímulo à bioeconomia estão de fato sendo efetivas”

LUIZA RIBEIRO

ASSESSORA JURÍDICA DA ABBI

Conheça o posicionamento da ABBI sobre o Marco Global de Biodiversidade e o Mecanismo Multilateral Global:

<https://abbi.org.br/noticias/abbi-publica-diretrizes-para-acordos-da-cop-16-no-ambito-do-marco-global-de-biodiversidade-e-do-mecanismo-multilateral-global/>



DEBATES PÚBLICOS

ABBI expande atuação em conselhos e comissões em âmbito federal e estadual

Entidade passa a integrar conselhos e iniciativas ligadas a ações de mitigação climática, desenvolvimento sustentável e propriedade intelectual

Ao longo de 2024, a ABBI passou a integrar diversos fóruns ligados à bioinovação. Fazem parte dessa lista a **Conexão SAF**, que trata de Combustíveis Sustentáveis de Aviação; o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (**GIPI**); o Comitê Consultivo do **Selo Verde**, iniciativa para promoção de ações de desenvolvimento sustentável; e o **Finaclima**, fundo criado pelo governo de São Paulo para financiar projetos de adaptação e mitigação climática.

“A presença da ABBI em fóruns com diferentes propósitos, mas que convergem para a bioinovação e o desenvolvimento econômico sustentável, é um reconhecimento ao trabalho da entidade e de suas associadas, do conhecimento técnico e da capacidade de aprimorar as iniciativas, públicas e privadas, ligadas à bioeconomia”, aponta o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda.

Conexão SAF

A ABBI é membro da Conexão SAF, fórum que reúne representantes dos setores público e privado para promover a descarbonização da aviação no Brasil por meio de Combustíveis Sustentáveis de Aviação (SAF, na sigla

em inglês). Com atuação consolidada no setor de biocombustíveis, a ABBI reforça o compromisso com a inovação e a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de alternativas mais limpas aos combustíveis fósseis.



Propriedade intelectual

A ABBI foi habilitada para integrar o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) no mandato 2024-2026, consolidando sua presença em debates estratégicos sobre inovação no Brasil. Ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o GIPI é um fórum que reúne governo e sociedade civil. Ele tem como objetivos coordenar a atuação do governo federal no tema de propriedade intelectual e a implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). O GIPI conta com 13 ministérios como membros fixos,

com direito a voto. Além deles, representantes da sociedade civil participam em mandatos bianuais. A ABBI terá assento no grupo em 2025-2026.



Criação de mercado e sustentabilidade

A ABBI é a única associação setorial escolhida pelo governo federal para integrar o Conselho Gestor e Consultivo do Selo Verde Brasil. O programa certificará produtos e serviços que comprovem a sustentabilidade em seus processos, sob critérios que serão definidos justamente pelos comitês gestor e consultivo. A instância também será responsável pela proposição de produtos e critérios, prioridades, ações adicionais, melhorias metodológicas, e por acompanhar os resultados do programa.



Financiamento climático

A ABBI foi designada pelo governo de São Paulo para integrar o conselho de orientação do novo fundo criado pelo estado para financiar projeto de adaptação e mitigação climática (Finaclima-SP). O objetivo é incentivar a manutenção e a ampliação da biodiversidade e promover a participação do setor privado no financiamento de servi-

ços ambientais e outras soluções climáticas. O conselho é deliberativo e vai estabelecer diretrizes, coordenar e monitorar a captação e a gestão de recursos do fundo. Entre os eixos de aplicação desses recursos, estão os Bioinsumos, Biocombustíveis e inovação tecnológica, destacados na área de atuação dos nossos associados.

ABBI colabora com o plano Nova Indústria Brasil

Entidade coordena, ao lado do Mdic, GT de Bioindústria de programa que prevê R\$ 468,38 bilhões para alavancar a indústria até 2033

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) teve papel importante na elaboração do programa Nova Indústria Brasil, plano do governo federal que prevê R\$ 468,38 bilhões em financiamentos para bioeconomia e descarbonização no setor industrial até 2026. **A entidade integrou o grupo de trabalho da bioindústria.** A iniciativa tem como objetivo estimular o desenvolvimento do país por meio de estímulos à inovação e à sustentabilidade em áreas estratégicas de investimentos, como o setor de biocombustíveis, biocosméticos e bioinsumos.

O programa contempla 6 missões ligadas à indústria, definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). A ABBI faz parte do GT Bioindústria, como coordenadora, ao lado do Mdic. O grupo atuou na construção da missão 5: Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras.

“A ABBI teve a honra de colaborar com a elaboração do Plano. Acreditamos no aprimoramento contínuo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da indústria brasileira como chave para colocar o Brasil na dianteira da nova economia”, explica o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda.

Dentro da missão 5, há metas aspiracionais estabelecidas para 2033. A primeira é promover a indústria verde, reduzindo a intensidade de emissões de gases de efeito estufa por unidade de produto em consonância com as metas setoriais do plano clima. O governo buscará ampliar em 27%, em 2026, e 50%, em 2033, a participação dos biocombustíveis e elétricos na matriz energética de transporte.

Além disso, a NIB ampliará o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria em mais de 10%, em 2026, e 30%, em 2033. As seis cadeias prioritárias para o desenvolvimento industrial da Missão 5 são: diesel verde e combustível sustentável da aviação (SAF); hidrogênio de baixa emissão de carbono; Biometano; aço e cimento verde; aerogeradores; e painéis solares.

Durante reunião a 4ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Social Sustentável (CDESS) com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, em dezembro, o setor privado anunciou investimentos de R\$ 380,1 bilhões até 2029, relacionados à missão 5. “O Brasil já é protagonista dos biocombustíveis e tem todas as condições de liderar a agenda global da descarbonização. Temos políticas públicas robustas, instrumentos de financiamento e estamos atraindo investimentos privados, para trabalhar para esse objetivo”, afirmou Alckmin.

ACESSE AQUI A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO LANÇADO PELO GOVERNO FEDERAL SOBRE O PLANO NOVA INDÚSTRIA BRASIL:

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/arquivos/missoes-politica-industrial.pdf>



ABBI apoia declaração construída pela Biofuture Platform

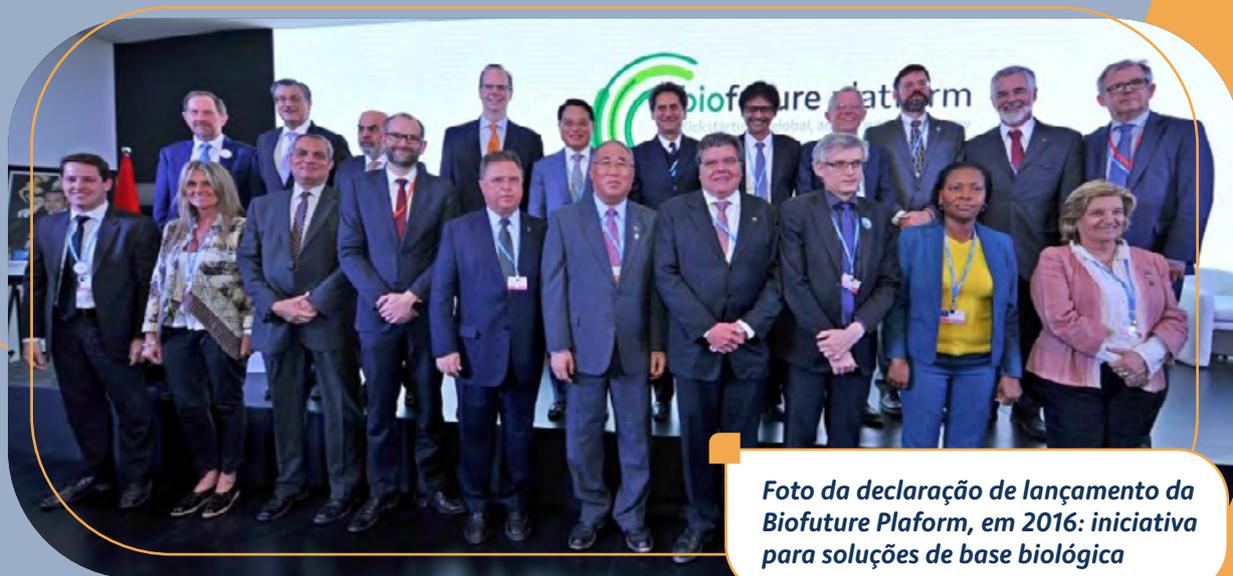


Foto da declaração de lançamento da Biofuture Platform, em 2016: iniciativa para soluções de base biológica

Declaração conjunta de Foz do Iguaçu traz avanços para produção e utilização de produtos químicos sustentáveis, materiais e combustíveis sustentáveis

A ABBI integra as instituições que apoiam a Declaração Conjunta de Foz do Iguaçu sobre produtos químicos sustentáveis, materiais e combustíveis sustentáveis, construída pela Biofuture Platform - iniciativa para acelerar a transição para uma bioeconomia sustentável e de baixo carbono envolvendo 23 países. A plataforma foi estabelecida em 2016 sob a liderança do Brasil e tem a ABBI como um dos membros do setor produtivo nacional.

Ao longo de 2024, seus membros reconheceram a necessidade de reduções profundas, rápidas e sustentáveis das emissões de gases de efeito, tendo como estratégia a produção e uso de combustíveis, produtos químicos e materiais, sustentáveis. O documento elenca demandas de diversos setores ligados à bioeconomia de vários países.

Entre as propostas, está a de aumentar a demanda e o uso de combustíveis,

produtos químicos e materiais, sustentáveis; integrar cadeias de suprimentos globais para esses produtos, e desenvolver e implantar padrões consistentes, comparáveis e transparentes para contabilidade de carbono do ciclo de vida desses produtos.

O documento sugere que os países tripliquem, até 2035, a produção e o uso dos seguintes itens sustentáveis: combustíveis, produtos químicos e materiais, como uma das principais estratégias para reduzir as emissões mundiais de carbono. A Associação também defende que os países do G20 devem incluir em sua pauta de negociação a discussão para o consumo desses bioprodutos, como a redução das barreiras não-tarifárias; o financiamento para inovação; a harmonia regulatória; a criação de mecanismos de compras públicas e políticas de promoção e fomento.

Cooperação econômica internacional e desenvolvimento sustentável no G20

ABBI integrou o B20 Brasil, grupo empresarial que reúne países do fórum das maiores economias e busca soluções para a nova economia que alie desenvolvimento e sustentabilidade



Vice-presidente Geraldo Alckmin, durante reunião do B20

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou, ao longo de 2024, dos lançamentos e eventos do Business 20 Brazil, o B20 Brasil. O fórum reúne representantes de empresas dos países do G20 para debater a cooperação econômica internacional e o desenvolvimento sustentável. Os 900 integrantes do setor privado que compõem o B20 Brasil, incluindo a ABBI, tiveram a missão de apresentar aos ministros de finanças e presidentes dos bancos centrais das principais economias do mundo que compõem o G20 sugestões de políticas públicas.

As propostas envolveram as áreas de comércio, investimento, emprego, educação, transformação digital, transição energética, clima, finanças, infraestrutura, integridade, compliance, sistemas alimentares sustentáveis, agricultura, mulheres, diversidade e inclusão nos negócios. Na cerimônia de lançamento da iniciativa, em janeiro, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ressal-

tou a contribuição do Brasil, principalmente em questões de segurança alimentar e clima. “Nós somos o campeão da produção de proteína animal e vegetal, temos a energia mais limpa do planeta e uma enorme contribuição a dar na descarbonização”, pontuou Alckmin.

Para o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda, a passagem do Brasil pela Presidência do G20 foi um ambiente propício para estimular a abertura de mercado e a quebra de barreiras aos produtos da bioeconomia brasileira, levando em conta o potencial do país e seus recursos naturais. Falda também celebrou a criação do B20 Brasil e a importância de a ABBI fazer parte desse fórum que inclui atores nacionais e internacionais do setor industrial. “A Associação, alinhada com a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável, participou do B20 Brasil contribuindo para agendas que promovem avanços científicos e tecnológicos no cenário brasileiro e global, e para os debates sobre bioinovação, descarbonização e nova economia”, destacou.

FRENTE PARLAMENTAR DA BIOECONOMIA

FPBioeconomia sob nova direção



Presidente da FPBioeconomia, Aliel Machado; integrantes da Frente e da ABBI, durante lançamento

Deputado Aliel Machado assumiu o grupo em 2024, com a ABBI responsável pela Secretaria Executiva

A Frente Parlamentar Mista pela Inovação na Bioeconomia (FPBioeconomia) lançou, em junho, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, a agenda de prioridades legislativas do grupo. A cerimônia, realizada em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, também marcou a posse da Mesa Diretora da Frente. O novo presidente é o deputado Aliel Machado (PV-PR), que assumiu o lugar do deputado Evair de Melo (PP-ES).

Criada em 2019, a Frente tem se destacado no Congresso Nacional como um espaço essencial para o diálogo e promoção de políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável, à inovação tecnológica e à valorização dos recursos naturais. O presidente empossado ressaltou que o setor produtivo brasileiro e ambientalistas precisam dialogar mais e que essa aproximação só será possível por meio da bioeconomia.

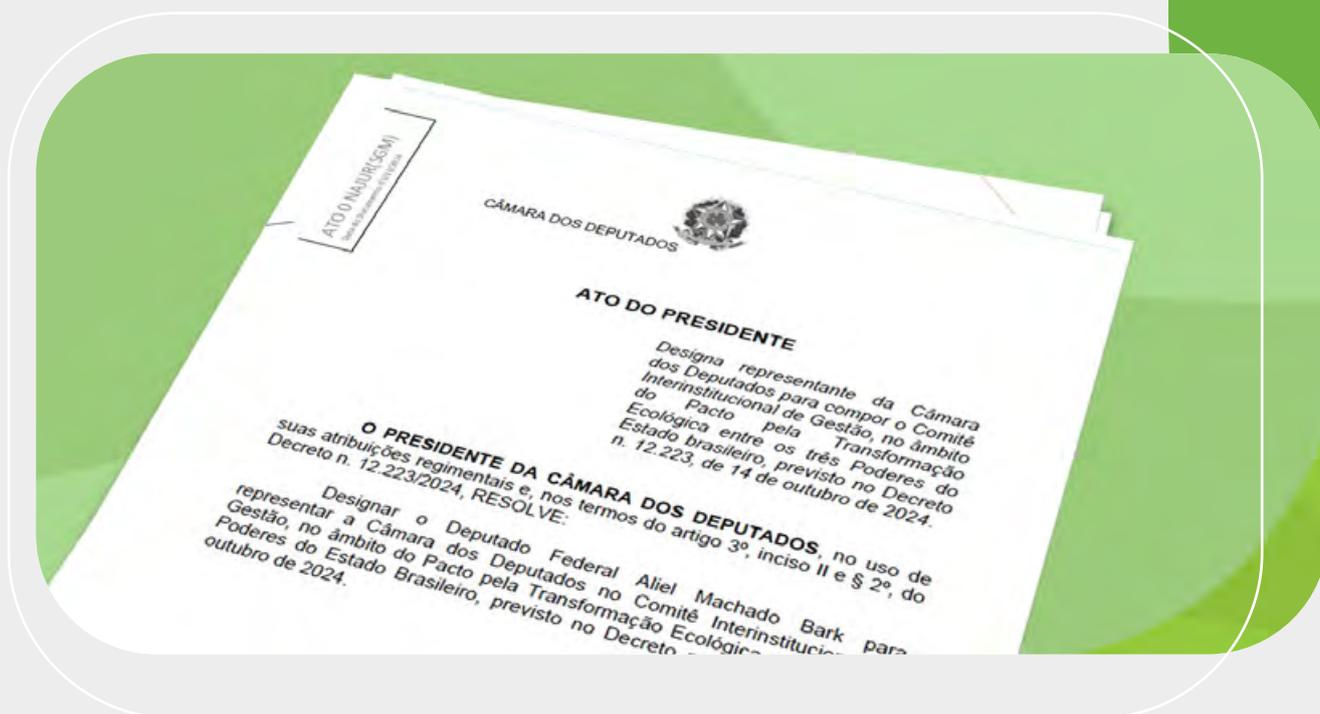
“A bioeconomia precisa estar ligada em todas as vertentes de debate do Congresso Nacional. Essa agenda é possível graças à expertise, às lideranças que construíram as bases para que essa Frente pudesse

funcionar, e, principalmente, aos setores que têm como prioridade a bioeconomia”, discursou Aliel.

Em seu discurso, o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda, reforçou que a bioeconomia brasileira é destaque mundial, mas que precisa reformular e transformar pilares para continuar se consolidando. “A bioeconomia é caracterizada por ter uma produção descentralizada, estabelecendo e consolidando novas cadeias produtivas, valorizando as vocações regionais e aliando o desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Podemos transformar o Brasil com a bioeconomia, mas dois pilares precisam ser priorizados: a inovação e o desenvolvimento”, defendeu Falda.

Para o presidente da Novonesis e presidente do conselho diretor da ABBI, Willian Yassumoto, a Frente Parlamentar tem uma agenda “preciosa” para o Brasil. “A bioeconomia hoje é uma área com potencial imenso a ser desenvolvido. Este é um momento extremamente importante para que continuemos essa pauta de alto impacto social, econômico e político.”

Frente da Bioeconomia é designada para o Pacto de Transformação Ecológica



Presidente do colegiado, deputado Aliel Machado integrará o Comitê Interinstitucional de Gestão, com apoio da ABBI

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Bioeconomia, deputado federal Aliel Machado (PV-PR), foi designado pela Câmara dos Deputados para compor o Comitê Interinstitucional de Gestão, no âmbito do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro. O ato foi assinado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e publicado em edição extra do Diário da Câmara em novembro passado.

A nomeação é um reconhecimento pelo trabalho da frente em prol da utilização de recursos biológicos, descarbonização da produção e aperfeiçoamento da matriz energética brasileira. O Comitê foi

criado pelo governo federal com o objetivo de coordenar a execução do Pacto pela Transformação Ecológica.

Entre as competências do colegiado, estão definir as diretrizes estratégicas e as prioridades para a implementação dos compromissos e das matérias prioritárias previstos no Pacto pela Transformação Ecológica; coordenar a articulação entre os Poderes e outras esferas de governo para a execução do pacto; e promover ajustes nas diretrizes estratégicas, nas ações e nas medidas estabelecidas.

PESQUISA

Economia e sustentabilidade no uso de bioinsumos em gramíneas

Estudo do Mapa executado pela ABBI e SENAI aponta que o uso de bioprodutos alternativos aos fertilizantes químicos pode gerar economia de US\$ 5,1 bilhões

Um estudo elaborado pela ABBI em conjunto com o Instituto Senai de Inovação em Biossintéticos e Fibras (SENAI CETIQT) sobre o uso de bioinsumos como alternativas a fertilizantes químicos em gramíneas foi lançado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) em setembro. No evento, as entidades destacaram o impacto positivo que a mudança pode trazer ao país, ambiental e economicamente.

A pesquisa foi feita por meio de uma análise do mercado brasileiro, revisão de artigos científicos publicados por grupos de pesquisas, levantamento de patentes e entrevistas com produtores rurais e representantes da indústria. Os dados apontam a possibilidade de reduzir até 18,5 milhões de toneladas de emissões de CO₂ equivalente caso seja implementada a substituição de fertilizantes nitrogenados por bioinsumos. Além disso, há a perspectiva de gerar economia de até US\$ 5,1 bilhões para o Brasil, já que a importação de fertilizantes gera um alto custo na produção de gramíneas.

O diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, destacou a relevância do estudo para toda a cadeia agrícola brasileira. “Até o momento, não tínhamos esses dados consolidados, então essas informações podem impactar todo o processo de bioinovação para o Brasil, já que, ao reduzirmos a importação de fertilizantes, haverá o estímulo ao desenvolvimento dessas tecnologias no país”, pontuou.



Na apresentação dos dados do estudo, a pesquisadora Luana Nascimento, do SENAI CETIQT, chamou a atenção para as potencialidades que os próprios entrevistados identificaram sobre o uso de bioinsumos no lugar de fertilizantes químicos: “A maioria considerou positivo um maior rendimento e qualidade da lavoura, seguido da preocupação ambiental e de uma maior aceitação dos produtos pelos consumidores”.

A coordenadora geral de Bioeconomia e Recursos Genéticos do MAPA, Valéria Martins, celebrou a parceria entre MAPA, IICA ABBI e SENAI CETIQT para a pesquisa. “O resultado foi fantástico de vários ângulos e seguimos juntos, pois agora que começa o trabalho, já temos os subsídios e vamos trabalhar para implementar as estratégias propostas pelo estudo para alcançar os cenários previstos”.

ACESSE A ÍNTEGRA DO ESTUDO:

<https://abbi.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Bioinsumosco-moalternativaafertilizantes.pdf>



ACESSE O WORKSHOP DA ABBI/SENAI CETIQT/IICA E MAPA SOBRE BIOINSUMOS E INOVAÇÃO:

<https://www.youtube.com/live/A7B4pjuFnGg?si=ahv0rT-cUW8l2uW4C>



NOTA

Estudo repercute na mídia, de acordo com levantamento do MAPA foram mapeadas mais de 40 menções

A ABBI foi citada em reportagem do jornal Valor Econômico / Globo Rural como uma das realizadoras do estudo estratégico "Bioinsumos como alternativa a fertilizantes químicos em gramíneas: uma análise sobre os aspectos de inovação do setor". O estudo também foi publicado por veículos como Estadão, Agência Brasil, Canal Rural e Band.



imagens

BRUNO FELISBERTO

ECONOMIA COM USO PODE CHEGAR A US\$ 5,1 BILHÕES AO BRASIL

Confira a reportagem do Canal Rural sobre o estudo :

<https://www.youtube.com/watch?v=BRuiqUiHRoo>



ABBI lança segunda versão de estudo sobre bioeconomia e descarbonização

Trabalho mostra cenários e impacto da bioeconomia para a descarbonização da produção e o crescimento da economia brasileira até 2050



A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) publicou no segundo semestre de 2024 a íntegra da segunda versão do estudo “Identificação das Oportunidades e o Potencial do Impacto da Bioeconomia para a Descarbonização do Brasil”. O documento teve o intuito de auxiliar a comitiva brasileira durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 29) nas negociações sobre temas como mitigação, instrumentos de mercado (mercado regulado de carbono), financiamento climático e transição justa.

O trabalho foi desenvolvido em parceria com o Instituto SENAI/CETIQT, a Embrapa Agroenergia e o Laboratório Cenergia (UFRJ). De acordo com o estudo, a implementação de tecnologias tradicionais e novas, ligadas à bioeconomia, tem o potencial de injetar US\$ 592,6 bilhões em receitas anuais a mais no Brasil e reduzir as emissões de gases estufa no país em 28,9 bilhões CO₂eq em 30 anos (2020 a 2050), ou seja, reduzir as emissões nacionais em 65%.

O estudo avaliou mais de 20 rotas tecnológicas e mais de 22 produtos da bioeconomia, de forma regionalizada, levando em consideração a eficiência energética, potencial de descarbonização, desmatamento zero, investimento e receitas. “O estudo

confirma a vocação do Brasil para liderar a revolução tecnológica centrada na produção de baixas emissões de carbono. Um investimento que resultará em desenvolvimento econômico sustentável, para diversas partes do país”, explica o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda.

Para os biocombustíveis, o potencial de produção seria de 570 milhões de metros cúbicos em 2050, que gerariam receitas anuais de US\$ 234 bilhões. Para a cadeia de bioquímicos, a quantidade produzida em 2050 seria de 14 milhões de toneladas, gerando uma receita de US\$ 34 bilhões por ano. Para a cadeia de proteínas alternativas para 2050, o potencial de produção é de 9,8 milhões de toneladas, gerando uma receita anual de US\$ 114 bilhões por ano.

Ao somarmos todos esses setores e incluímos os bioinsumos é possível recuperar 117 milhões de hectares no Brasil. Com essas ações, o potencial de mitigação em 30 anos (2020-2050) seria de 29 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente, o que corresponderia a preservar até 248 milhões de hectares de florestas nativas. Para que isso ocorra, serão necessários US\$ 257 bilhões em investimentos que gerarão US\$ 593 bilhões em receitas anuais até 2050.

ABBI promove Workshop internacional sobre microrganismos saneantes

Workshop em parceria com a Abipla apresentou à agência reguladora características e o ambiente regulatório dos microrganismos viáveis em produtos saneantes



Participantes de workshop conjunto da ABBI e Abipla na Anvisa



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Associação Brasileira de Bio-inovação (ABBI) e a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes (ABIPLA) realizaram em agosto de 2024 o Workshop Internacional sobre Microrganismos Viáveis em Produtos Saneantes. O evento reuniu especialistas do Brasil, Estados Unidos e Europa para discutir inovações e fortalecer o diálogo entre a Anvisa e a indústria, visando aprimorar o ambiente regulatório dos microrganismos viáveis em saneantes no Brasil.

O mercado tem o potencial de atrair investimentos para o país e muitas empresas aguardam uma regulamentação mais robusta para poder investir, destacou o Diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, du-

rante o evento. De acordo com o especialista, o uso de microrganismos viáveis em saneantes ainda não é permitido para uso doméstico, gerando um gargalo para a inovação no setor. A expectativa é de que, resolvidos os entraves, essa inovação atraia investimentos significativos. Representantes de empresas associadas da ABBI, Croda, Novonesis e Unilever, também marcaram presença, contribuindo nos painéis do evento.

ABBI faz trabalho intenso no CGEN e CTNBIO

Entidade atua para aperfeiçoar processos e trazer agilidade nas análises das duas instâncias colegiadas ligadas diretamente ao avanço da bioinovação

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), promoveu, ao longo do ano passado, trabalho intenso de acompanhamento dos trabalhos do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) e da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Os colegiados são fundamentais para o desenvolvimento da bioinovação, incluindo a gestão do patrimônio genético, pesquisas e inovações ligadas a organismos geneticamente modificados.

No âmbito do CGEN, a ABBI ocupa uma vaga por indicação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ao longo do ano, além dos acordos em discussão na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 16), que ocorreu em Cali, na Colômbia, o colegiado teve avanços, como fase de testes para cadastramento de empresas estrangeiras no SisGen e a criação da Câmara Temática de Estímulo à Bioeconomia do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado.

Na CTNBio, por sua vez, a ABBI trabalhou ao longo do ano para possibilitar à comissão realizar suas reuniões de forma presencial, o que estava sob ameaça devido aos cortes de gastos. Em carta enviada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ainda no primeiro semestre, a associação ressaltou que a CTNBio tem caráter estritamente técnico e de alta complexidade, e que apenas reuniões presenciais permitem a avaliação dos processos de universidades, institutos de pesquisa e empresas de forma mais objetiva.

Em resposta, o MCTI garantiu que haveria disponibilização de recursos de forma a per-



Reunião da CTNBio, em 2023: encontros presenciais são vitais para a eficiência das avaliações da comissão

mitir a realização de reuniões híbridas, o que acabou ocorrendo no segundo semestre. Além disso, a associação também buscou aprimorar o trabalho do colegiado por meio da indicação de membros com reconhecida competência técnica/acadêmica ligada à bioinovação.

“Estamos em interlocução permanente com a CTNBIO, monitorando processos das associadas, visando garantir o cumprimento dos prazos regimentais, além de atuarmos na indicação de membros da comissão por meio dos processos de consulta pública, acompanhamento de normas e ações para o aperfeiçoamento das regulamentações. Nosso intuito é o de contribuir para o alto nível científico, elevando a qualidade da comissão, e indicando membros que entendam o ambiente necessário para o avanço da bioinovação em nosso país”, explica o presidente executivo da ABBI, Thiago Falda.

Leia reportagem da revista Veja sobre a atuação da ABBI em prol das reuniões híbridas da CTNBIO:

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/setor-de-biosseguranca-critica-governo-lula-por-corte-no-orcamento>



PÍLULAS

Agenda intensa em Brasília

O presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), William Yassumoto, e o presidente-executivo da entidade, Thiago Falda, cumpriram agendas no Congresso Nacional e no governo federal, em Brasília, ao longo de 2024. Os encontros tiveram como foco articulações em temas prioritários tratados durante o ano para a bioeconomia, como as regulamentações do mercado de carbono, dos bioinsumos e dos biocombustíveis, e as tratativas para a Cúpula do G20. No Congresso, os encontros foram com parlamentares, incluindo relatores de projeto de lei de interesse. No Executivo, a ABBI discutiu temas relati-

vos ao G20 e aos bioinsumos com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

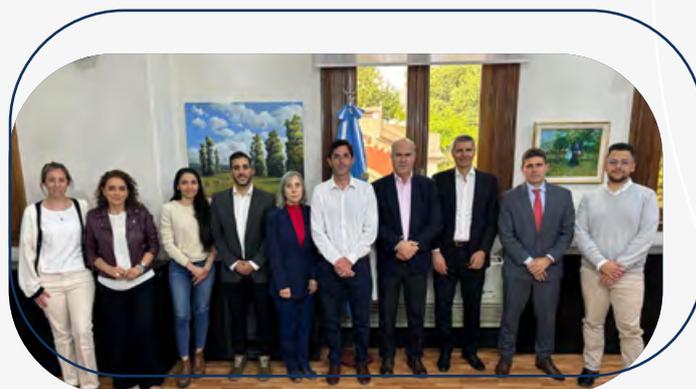


Cooperação Argentina

O diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, participou de reunião com representantes do Ministério da Economia da Argentina no segundo semestre para debater o aprimoramento do Marco Regulatório de Biossegurança no país, com foco nos microrganismos geneticamente modificados (MGMs). A ABBI, com a participação das empresas associadas, fez estudo sobre a legislação argentina, identificou pontos a serem aperfeiçoados e elaborou propostas para o país. Elas têm como objetivo eliminar gargalos regulatórios e atrair novos investimentos no setor de biotecnologia.

As sugestões foram recebidas pela equipe da Secretaria de Agricultura, Ganadería y Pesca da Argentina – equivalente ao Ministério da Agricultura no país –, que indicou avanços nas regulamentações de MGMs, incluindo a melhoria na agilidade

e previsibilidade dos processos de submissão de dossiês. A expectativa é que essas mudanças favoreçam o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos biotecnológicos no país. Participaram da reunião representantes das empresas: IFF, Andrés Triana; Leaf by Lesaffre, Delphine Skopinski; Novonesis, Ana Cláudia Peluso; além do representante do Escritório Nascimento&Mourão, João Emmanuel.



Boas Práticas Regulatórias

A ABBI colaborou com a consulta pública aberta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) para elaboração da Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias. As sugestões apresentadas pela ABBI incluem medidas e diretrizes para ampliar a eficácia da regulação e otimizar o custo-efetividade das normas, além de contribuir para estimular a inovação e o aumento da competitividade. Fazem parte da lista: atuação baseada no risco sanitário, coerência e convergência regulatória, desburocratização, celeridade e simplificação administrativa e benchmarking internacional. Ademais, as contribuições foram voltadas, principalmente, para a busca de simplificação dos processos, centralização de consulta de obrigações regulatórias e incentivo à inovação.



Plant-based e carne cultivada

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) trabalhou tanto no âmbito da União quanto dos estados contra iniciativas que visavam restringir a pesquisa e comercialização de produtos plant-based. Na principal ação, a entidade defendeu o veto integral do governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, ao Projeto de Lei nº 304/202, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado (Alesp) em junho passado. A proposta, que visava proibir o uso da palavra “carne” e seus derivados em produtos alimentícios que não contivessem carne de origem animal, afetaria diretamente os alimentos plant-based.

A ABBI vem acompanhando o avanço nas discussões sobre os produtos plant based, tema que entrou na Agenda Regulatória da Anvisa de 2024/2025. O diálogo sobre a regulamentação dos produtos de base vegetal vem ocorrendo não somente na Anvisa, mas também no Ministério da Agricultura e Pecuária.



Edição Genética

Especialistas defenderam a participação pública e a transparência nos processos vinculados à ciência, tecnologia, informação, biossegurança e edição genética, durante audiência pública interativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado, que teve a participação da ABBI. O debate reuniu, entre outros, o professor da Universidade Estadual de Londrina e integrante da CTNBio, Galdino Andrade Filho; e o pesquisador da Embrapa Cenargen, Eduardo Romano.

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a regulamentar o tema, por meio da Resolução Normativa 16/2018 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Hoje, centenas de novas empresas brasileiras, inclusive startups de universidades e de centros de pesquisas,

estão trabalhando com a edição genética e submetendo produtos à CTNBio para serem avaliados.



Workshops com BNDES/Finep

O Comitê de Promoção e Fomento da ABBI organizou reunião com associados e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para tratar do fomento à produção de combustíveis sustentáveis para aviação e navegação. O encontro teve a presença do gerente do Departamento de Biocombustíveis do BNDES, Artur Yabe Milanez, e foi conduzido pelo gerente de Sustentabilidade, Descarbonização e Novas Tecnologias da ABBI, Tiago Giuliani.

BNDES e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) publicaram chamada pública que visa fomentar Planos de Negócios que contemplem investimentos na produção e no desenvolvimento tecnológico de combustíveis sustentáveis estratégicos para aviação (Sustainable Aviation Fuel – SAF) ou para navegação. O objetivo é incentivar a cooperação empresarial e fortalecer os primeiros empreendimentos.



Workshop sobre biocomércio ético no Brasil

A ABBI participou do Workshop Negócios e Biodiversidade: Práticas de Biocomércio Ético, evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela UEBT. A assessora jurídica, Luiza Ribeiro, representou a entidade no treinamento. O encontro foi uma importante oportunidade para troca de experiências e fortalecimento do engajamento do setor empresarial em ações concretas, definição de prioridades e posicionamento estratégico da indústria.

Os debates focaram na implementação das metas 13 e 15 do Marco Global de Biodiversidade Pós-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e nas negociações para a COP16, que discutirão temas como Informação de Sequência Digital (DSI) e o Mecanismo Multilateral Global (MMG) a ser definido na próxima Conferência das Partes, em Cali.



Acordo Países Baixos

A ABBI ainda deu um passo importante na consolidação de parcerias internacionais ao assinar um MoU (Memorandum of Understanding - Memorando de Entendimentos) com a ChemistryNL, representando o Top Sector Chemistry dos Países Baixos. O evento, organizado pela Embaixada dos Países Baixos, ocorreu na sede da dsm-firmenich, em São Paulo.

Thiago Falda, presidente executivo da ABBI, e Jacqueline Vaessen, do Top Sector Chemistry, assinaram o documento. Participaram da cerimônia a ministra Reinette Klever; a cônsul geral Wieneke Vullings; o cônsul de inovação Robert Thijssen; e Maurício Adade, representante da dsm-firmenich e integrante do Conselho Diretor da ABBI.



ABBI e IICA México

A ABBI, representada pelo Diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos, Antonio Marcos Pupin, e pela assessora jurídica, Luiza Ribeiro, participou de reunião com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O encontro contou com a presença do representante do IICA no México, Dr. Diego Montenegro Ernst, e do Diretor-Geral da empresa Biofábrica Siglo XXI SA de CV, Dr. Marcel Morales Ibarra.

A reunião, realizada em São Paulo, decorre da aproximação da ABBI com o IICA em razão do estudo que avalia a economia e sustentabilidade no uso de bioinsumos em gramíneas. Durante o encontro abordaram temas como a aliança público-privada para a produção sustentável de cana-de-açúcar e biocombustíveis, o uso de bioinsumos no se-

tor canavieiro mexicano e oportunidades de intercâmbio e cooperação técnica entre os países, visando fortalecer as parcerias e promover avanços no setor agrícola e energético.



Diálogo Brasil-Holanda sobre bioinsumos

O Diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, foi um dos painelistas no evento “Bio-Input Innovation: A Dutch-Brazilian Dialogue”, realizado no Instituto Biológico em parceria com a Embaixada dos Países Baixos, em 25/11. Pupin contribuiu com o painel sobre Aspectos Regulatórios e Controle de Qualidade, abordando as perspectivas para regulamentação de novas tecnologias no setor de bioinsumos.

Também participaram do painel nomes de destaque no cenário de bioinovação, como Amanda Bulgaro, da AENDA, que abordou as perspectivas para bioinsumos; Helma Verberkt, da ARTEMIS, que discutiu o arcabouço regulatório dos Países Baixos; Soraia Pinho, analista de assuntos regulatórios do SINDIVEG, que trouxe insights sobre mudanças na ABNT para produtos biológicos; e Amália Cristina Piazzentim Borsari, da CropLife, que analisou o cenário regulatório e o controle de qualidade no setor.



Homenagem da CNI

A ABBI foi homenageada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em cerimônia no Sesi Lab, em Brasília. O evento destacou 27 federações estaduais, associações setoriais e sindicatos nacionais que, ao longo de 30 anos, contribuíram para a construção da Agenda Legislativa da Indústria. A ABBI, representada por sua Gerente de Relações Governamentais e de Comunicação, Taís Mendes, recebeu o troféu como reconhecimento por sua destacada atuação na promoção da inovação, sustentabilidade e competitividade da indústria brasileira. A homenagem reforça o compromisso da ABBI com o fortalecimento da indústria brasileira e sua adaptação aos desafios da neointustrialização.



Prêmio Economia Verde

A Gerente de Relações Governamentais e Comunicação da ABBI, Taís Mendes, representou a entidade no 4º Prêmio da Economia Verde, realizado na Câmara dos Deputados. Na ocasião, Taís realizou a entrega de um dos prêmios ao Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Rodrigo Rollemberg, em reconhecimento aos esforços dedicados à construção

de uma nova indústria brasileira protagonista em soluções sustentáveis e descarbonizantes.

O Prêmio da Economia Verde é organizado pela Frente Parlamentar Mista da Economia Verde, presidida pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), em parceria com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas). Entre os premiados, destaca-se o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.



DESTAQUES NA IMPRENSA

Valor - A hora do Brasil assumir a liderança global da bioeconomia

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/03/26/g20-a-hora-do-brasil-assumir-a-lideranca-global-da-bioeconomia.ghtml>



Radar - Veja - Setor produtivo pede fim de barreiras não tarifárias à bioeconomia no G20

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/setor-produtivo-pede-fim-de-barreiras-nao-tarifarias-a-bioeconomia-no-g20/>



EPBR - Indústria quer reduzir barreiras aos produtos da bioeconomia no G20

<https://epbr.com.br/industria-quer-reduzir-barreiras-aos-produtos-da-bioeconomia-no-g20/>



O Globo - De cosméticos a cimento e fios, bioeconomia tem potencial de gerar US\$ 592 bilhões por ano até 2050

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2024/05/29/de-cosmeticos-a-cimento-e-fios-bioeconomia-tem-potencial-de-gerar-us-592-bilhoes-por-ano-ate-2050.ghtml>



O Globo - De cana e celulose gerando energia e fertilizantes, economia circular está em 76% das indústrias

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2024/05/29/de-cana-e-celulose-gerando-energia-e-fertilizantes-economia-circular-esta-em-76percent-das-industrias.ghtml>



Valor - Burocracia não pode ser entrave para descarbonização e transição energética, diz ABBI

<https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/08/29/burocracia-nao-pode-ser-entrave-para-descarbonizacao-e-transicao-energetica-diz-abbi.ghtml>



Veja - As duas principais missões do Brasil nas COPs da Biodiversidade e do Clima

<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/as-duas-principais-missoes-do-brasil-nas-cops-da-biodiversidade-e-do-clima>



Expediente

Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI)

Thiago Falda - Presidente Executivo
Antonio Marcos Pupin - Diretor de Assuntos Regulatórios & Científicos
Daniela Triacca - Coordenadora de Relações Governamentais
Luiza Ribeiro - Assessora Jurídica
Milena Magalhães - Analista de Assuntos Regulatórios
Monique Santos - Auxiliar Administrativa
Sara Góis - Gerente de Operações
Taís Mendes - Gerente de Relações Governamentais e Comunicação
Tiago Quintela Giuliani - Gerente de Sustentabilidade e Descarbonização

LDI Comunicação

Edição: Ivan lunes // **Textos:** Adriana Caitano, Ivan lunes e Renan Viegas // **Projeto gráfico:** Pedro Lino



ABBI

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE BIOINOVAÇÃO